



**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
1. Contexto operacional	13
2. Base de preparação	13
3. Políticas contábeis materiais	16
4. Caixa e equivalentes de caixa	26
5. Contas a receber	28
6. Impostos a recuperar	31
7. Outros ativos	31
8. Depósitos judiciais	31
9. Investimentos em coligadas	32
10. Imobilizado	34
11. Intangível	35
12. Fornecedores	36
13. Empréstimos a pagar	36
14. Contas a pagar operacionais	37
15. Salários e encargos	37
16. Impostos e contribuições a recolher	37
17. Provisão para passivos contingentes	37
18. Obrigações com parceiros e clientes	39
19. Passivo de arrendamento mercantil	39
20. Outros passivos	40
21. Partes relacionadas	41
22. Remuneração pessoal chave da administração	42
23. Patrimônio líquido	42
24. Imposto de renda e contribuição social	44
25. Receita líquida	45
26. Custos	45
27. Despesas com pessoal	46
28. Gerais e administrativas	46
29. Outras receitas/(despesas)	46
30. Resultado financeiro	47
31. Gerenciamento de risco	47
32. Transações não-caixa	50
33. Cobertura de seguros	50
34. Eventos subsequentes	51

Relatório da Administração

Apresentamos as demonstrações financeiras da Livelo referentes ao exercício de 2025, um ano que consolida a evolução consistente da Sociedade e sua posição como o maior e mais completo ecossistema de engajamento do Brasil.

Em 2025, a Livelo registrou faturamento de R\$ 6,5 bilhões e lucro líquido de R\$ 814,5 milhões, representando crescimentos de 10% e 20%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A margem líquida alcançou 14%, refletindo maior eficiência operacional, disciplina na alocação de recursos e a consistência da estratégia de crescimento adotada pela Sociedade. A Sociedade encerrou o período com caixa de R\$ 1,1 bilhão, patrimônio líquido de R\$ 1,0 bilhão e ativos totais de R\$ 6,5 bilhões o que reforça a capacidade da Livelo de gerar valor de forma sustentável.

Mais do que a comparação anual, os resultados de 2025 refletem a transformação estrutural vivida pela Livelo nos últimos anos. Sob a atual gestão, a Sociedade dobrou seu faturamento nos últimos quatro anos, sustentando um CAGR de 17% desde 2018 e evolução relevante na rentabilidade, com crescimento consistente do lucro líquido e da margem operacional no período. Essa trajetória demonstra a escalabilidade do modelo de negócios, a maturidade da estratégia e a consolidação de uma nova fase de crescimento sustentável.

Ao longo de 2025, a Sociedade avançou na expansão de parcerias estratégicas que ampliaram o alcance e relevância do ecossistema Livelo. Entre as iniciativas do ano, destacamos os acordos em empresas como Uber e Mercado Livre, que conectam o acúmulo de pontos a novos momentos da jornada do consumidor e fortalecem a presença da marca no dia a dia das pessoas. Essas colaborações, somadas à evolução das soluções de fidelidade no ambiente corporativo, por meio de Livelo Empresas, ampliaram as possibilidades de geração e uso de pontos e consolidaram a Livelo como uma alavanca estratégica para o crescimento dos parceiros. Com presença em mais de 85% do e-commerce brasileiro, a Livelo reforça seu papel como infraestrutura relevante para impulsionar negócios dos mais variados setores.

Esse avanço estratégico se refletiu diretamente no aumento do engajamento da base. O volume de pontos acumulados totalizou cerca de 237,5 bilhões, impulsionado pelos programas bancários, pelos parceiros do varejo e pela forte participação da pessoa física. Já os pontos resgatados somaram aproximadamente 208,3 bilhões, com destaque para as transferências para programas de viagens em diferentes companhias aéreas, além de produtos financeiros, como pagamentos via pix e também experiências e compras no Shopping Livelo, que manteve ritmo consistente de crescimento.

A base de participantes ultrapassou 55 milhões de clientes, com um crescimento de 39% desde 2022, sustentada por maior engajamento, recorrência de uso e evolução contínua da experiência digital, com soluções cada vez mais integradas e personalizadas.

A inovação permaneceu no centro da estratégia da Sociedade que, ao longo do ano, ampliou o papel do Hub de Inovação e evoluiu o programa Beta Testers, com avanços no desenvolvimento de novos produtos e fortalecimento de iniciativas centradas no cliente. Em 2025, a estratégia estruturada de Inteligência Artificial ganhou escala e passou a integrar, transversalmente, as áreas do negócio, contribuindo para ganhos relevantes de eficiência, produtividade e personalização da experiência. Atualmente, cerca de 80% dos colaboradores já utilizam soluções baseadas em IA em suas rotinas, ampliando nossa capacidade analítica e operacional.

No campo de pessoas e cultura, a Livelo foi reconhecida entre as melhores empresas para trabalhar no Brasil pelo *Great Place to Work* (GPTW), ocupando, pelo quarto ano consecutivo, a 1ª posição no ranking de Barueri e Região e o 3º entre instituições financeiras, além de se destacar nas demais categorias da premiação, reforçando o posicionamento como marca empregadora de referência. Conquistamos o 1º lugar no prêmio Valor Inovação Brasil, na categoria Serviços Financeiros e fomos reconhecidos com o prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente 2025, no segmento programas de fidelidade.

Em ESG, a Sociedade avançou em iniciativas voltadas à governança, responsabilidade social e sustentabilidade, incorporando práticas que contribuem para a geração de valor de longo prazo e para o fortalecimento da reputação corporativa. Seguimos investindo em desenvolvimento, diversidade, equidade e inclusão, fortalecendo um ambiente que impulsiona inovação e alta performance.

O desempenho financeiro consistente, aliado a uma estrutura organizacional enxuta e foco permanente em produtividade, reforça a saudabilidade do negócio e a capacidade da Livelo de crescer com rentabilidade, geração de caixa e retorno sobre o patrimônio em patamares elevados.

Encerramos 2025 com resultados que evidenciam a força do modelo de negócio da Livelo, a maturidade do seu ecossistema e a consolidação de sua posição como referência em fidelidade e engajamento no país. Seguimos comprometidos com a construção de uma empresa cada vez mais relevante para clientes, parceiros e acionistas.

Barueri, 26 de março de 2026

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, 1º andar
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-002, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP – Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao

Acionista, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

Livelo S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Livelo S.A. (“Sociedade” ou “Livelo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Livelo S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Juliana Viegas Scardoa
Contadora CRC 1SP295328/O-2

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.107.778	423.261
Contas a receber	5	1.579.343	1.355.308
Impostos a recuperar	6	56.817	34.098
Dividendos a receber	9.d	700.766	783.854
Outros ativos	7	38.931	38.962
Total ativo circulante		3.483.635	2.635.483
Depósitos judiciais	8	30.421	27.155
Ativo fiscal diferido	24.b	66.121	60.549
Investimentos em coligadas	9	2.860.530	2.535.707
Imobilizado	10	5.481	8.890
Intangível	11	66.198	42.681
Total ativo não circulante		3.028.751	2.674.982
Total do Ativo		6.512.386	5.310.465

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Fornecedores	12	129.830	25.486
Empréstimos a pagar	13	426.347	423.000
Contas a pagar operacionais	14	247.184	328.603
Salários e encargos	15	63.829	66.701
Impostos e contribuições a recolher	16	41.746	43.410
Provisão para passivos contingentes	17	4.907	3.720
Obrigações com parceiros e clientes	18	4.188.900	3.723.663
Dividendos a pagar	23.e	178.592	72.937
Passivo de arrendamento mercantil	19	2.464	2.008
Outros passivos	20	77.531	53.346
Total passivo circulante		5.361.330	4.742.874
Salários e encargos	15	10.963	8.550
Provisão para passivos contingentes	17	30.041	27.157
Passivo fiscal diferido	24.b	63.956	59.680
Passivo de arrendamento mercantil	19	453	2.646
Total passivo não circulante		105.413	98.033
Capital social	23.a	139.100	139.100
Reserva legal	23.b	27.820	27.820
Outros resultados abrangentes		70.537	83.828
Reserva de retenção de lucros	23.c	606.439	218.810
Reserva de expansão	23.d	201.747	-
Total do patrimônio líquido		1.045.643	469.558
Total do Passivo e Patrimônio líquido		6.512.386	5.310.465

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livelo S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	25	5.889.489	5.362.512
Custos	26	(4.763.420)	(4.318.028)
Lucro bruto		1.126.069	1.044.484
Despesa com pessoal	27	(230.650)	(250.575)
Gerais e administrativas	28	(264.893)	(288.574)
Resultado com equivalência patrimonial	9	325.513	92.266
Outras receitas / (despesas)	29	6.076	31.591
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		962.115	629.192
Receitas financeiras	30	93.807	377.082
Despesas financeiras	30	(68.732)	(51.055)
Resultado antes dos impostos		987.190	955.219
Impostos correntes	24.a	(178.117)	(260.808)
Impostos diferidos	24.a	5.402	(13.004)
Lucro líquido do exercício		814.475	681.407
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		5,855	4,899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	814.475	681.407
Resultado próprio de participação relativa coligada	(12.447)	(12.078)
Variação cambial sobre investimentos no exterior coligada	(85)	185
Ajuste de avaliação patrimonial de instrumentos financeiros coligada	134	(281)
Benefício pós-emprego coligada	(893)	489
Movimentações do exercício	(13.291)	(11.685)
Resultado abrangente total	801.184	669.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Livelo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		139.100	27.820	797.001	-	-	-	963.921
Dividendos adicionais		-	-	(797.001)	-	-	-	(797.001)
Dividendos antecipados conf AGE		-	-	-	-	-	(389.660)	(389.660)
Resultados abrangentes de exercícios anteriores em coligada		-	-	-	-	95.513	-	95.513
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	(11.685)	-	(11.685)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	681.407	681.407
Destinação do lucro líquido:								-
Reserva de retenção de lucros	23.c	-	-	218.810	-	-	(218.810)	-
Dividendos obrigatórios	23.e	-	-	-	-	-	(72.937)	(72.937)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		139.100	27.820	218.810	-	83.828	-	469.558
Dividendos adicionais exercício 2024	23.e	-	-	(17.063)	-	-	-	(17.063)
Reserva de expansão	23.d	-	-	(201.747)	201.747	-	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	-	-	(13.291)	-	(13.291)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	814.475	814.475
Destinação do lucro líquido								-
Juros sobre o capital próprio	23.e	-	-	-	-	-	(29.444)	(29.444)
Dividendos obrigatórios	23.e	-	-	-	-	-	(178.592)	(178.592)
Reserva de retenção de lucros	23.c	-	-	606.439	-	-	(606.439)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		139.100	27.820	606.439	201.747	70.537	-	1.045.643

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		814.475	681.407
Ajustes ao lucro líquido			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.402)	8.897
Provisão imposto de renda e contribuição social		178.117	260.808
Depreciações / amortizações	28	14.599	10.489
Provisão/(reversão) para perdas esperadas	5	1.737	(2.174)
Resultado com equivalência patrimonial	9	(325.513)	(92.266)
Provisão para passivos contingentes	17	6.735	6.118
Resultado de bens de uso baixados	10	-	3.591
Arrendamento mercantil	19	893	2.117
Juros e encargos sobre empréstimos	13	61.768	19.175
Resultado de compra vantajosa	29	(8.504)	(30.059)
(Aumento) / redução nos ativos e passivos operacionais			
Instrumentos financeiros		-	93.574
Contas a receber		(225.772)	(453.246)
Impostos a recuperar		(22.719)	(6.637)
Outros ativos		31	(831)
Depósitos judiciais		(3.266)	(2.562)
Fornecedores		104.344	(11.503)
Contas a pagar operacionais		(81.419)	318.281
Salários e encargos		(459)	28.059
Obrigações com parceiros e clientes		465.237	(128.442)
Pagamento de contingência	17	(2.664)	(1.744)
Outros passivos		24.185	(6.725)
Impostos e contribuições a recolher		20.030	25.760
Impostos pagos		(199.811)	(322.994)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		816.622	399.093
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de coligada		-	(2.741.502)
Juros sobre capital recebidos		-	16.015
Dividendos recebidos		83.097	-
Adições ao imobilizado	10	(420)	(5.203)
Adições ao intangível	11	(34.287)	(19.438)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades de investimento		48.390	(2.750.128)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos		-	403.825
Pagamento de Juros		(58.421)	-
Dividendos pagos		(90.000)	(1.452.328)
Juros sobre o capital próprio pagos		(29.444)	-
Pagamento passivo arrendamento		(2.630)	(2.969)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(180.495)	(1.051.472)
Aumento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		684.517	(3.402.507)
Caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial		423.261	3.825.768
Saldo final		1.107.778	423.261
Aumento/(redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		684.517	(3.402.507)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Livelo S.A. ("Livelo" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Xingu, nº 512, 1º andar, Edifício Condomínio *Evolution Corporate*, Alphaville, tendo como acionista a Elo Participações Ltda. ("Elopar") cujos controladores indiretos são o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A.

A Sociedade tem como objetivo: (a) comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (b) a comercialização de obrigações decorrentes de pagamentos de prêmios no âmbito de programas de fidelização de clientes; (c) o desenvolvimento e integração de programas de fidelização de clientes em razão de relacionamento com a Sociedade e/ ou seus parceiros; (d) a criação de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (e) a obtenção e gerenciamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo; (f) o credenciamento de pessoas jurídicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços; (g) o desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ ou serviços, inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; (h) a implantação, administração e demais atividades relativas a programas promocionais, programas de incentivos, fidelização e/ou bonificação de vendas; (i) comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e a exportação, além da aquisição de itens e produtos direta ou indiretamente relacionados à consecução das atividades acima descritas, devendo seu estoque ser mantido em estabelecimento de terceiros; e (j) a participação e representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras como sócia, acionista ou quotista.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 26 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e, estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionadas as condições de mercado, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Sociedade e com os compromissos relacionados as condições de mercado, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 3.c - equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo tem influência significativa sobre uma investida.

As estimativas e premissas que possuem riscos significativos de ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos estão apresentadas abaixo:

- *Breakage*:

Receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate nesse período é gerada a receita de *breakage*. Vide nota explicativa nº 25.

- Realização dos ativos fiscais diferidos:

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Sociedade na determinação das estimativas futuras quando à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Vide nota explicativa nº 24.

- Provisão para perda de crédito esperada:

A Sociedade avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Vide nota explicativa nº 5.

- Avaliação das provisões para passivos contingentes:

A Sociedade possui processos trabalhistas, cíveis e tributários em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Vide nota explicativa nº 17.

- Investimentos em coligadas:

A Sociedade aplica julgamentos relevantes a determinação quando detém influência significativa ou o controle de empresas investidas. Vide nota explicativa nº 9.

e. Novas normas, alterações e interpretações das normas contábeis com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

As normas e alterações que passaram a vigorar a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025, não produziram impactos materiais às demonstrações financeiras da Sociedade e são elas:

Alterações ao CPC 02 (R2) / IAS 21 Falta de Conversibilidade entre moedas

A norma estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As seguintes alterações e interpretação das normas contábeis que foram publicadas pelo CPC, não resultaram em impacto para as demonstrações financeiras e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade:

Alterações ao CPC 26 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Sociedade ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A sociedade também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros – Alterações ao CPC 48 e CPC 40

Trata-se de atualizações de melhorias em relação à classificação de Instrumentos Financeiros tendo como base:

- 1) Características contingentes, incluindo aquelas relacionadas à ESG, nos fluxos de caixa de ativos financeiros e sua definição como “exclusivamente pagamento de principal e juros”;
- 2) Momento do reconhecimento e desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros (pagamento eletrônico). As alterações se aplicam a períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2026.

Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/23)

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição da tributação sobre o consumo, com a introdução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em fase inicial de implementação, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 132/23. A Sociedade está acompanhando e monitorando a regulamentação das leis complementares aplicáveis, com vistas à adaptação de seus sistemas de emissão de documentos fiscais, apuração e controle tributário.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos apresentados compreendem disponibilidades e aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, caracterizadas por alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa, com vencimento original não superior a três meses a contar da data de aquisição, destinadas à liquidação de obrigações de curto prazo e sujeitas a risco insignificante de alteração no valor. Incluem recursos em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas na posição bancada, conforme critérios estabelecidos pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

b. Instrumentos financeiros**b.1 Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro, é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b.2 Classificação e mensuração subsequente**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado (CA); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Quando os termos contratuais geram, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto *Solely Payments of Principal and Interest* ("SPPI").

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Sociedade pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócios

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que, também podem incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receitas de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros é calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- A Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

b.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Sociedade em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação na coligada Cielo S.A. – Instituição de Pagamento.

Os investimentos em entidades coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Sociedade no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que o controle deixa de existir.

A Sociedade possui influência significativa sobre a coligada Cielo S.A. – Instituição de Pagamento, decorrente da participação societária e da presença de representantes no conselho de administração. Contudo, não exerce controle sobre suas políticas financeiras e operacionais, caracterizando-se, portanto, como investimento em coligada, conforme definido pelas normas contábeis aplicáveis. A composição dos investimentos em coligadas, estão apresentados na nota explicativa nº 9.

d. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado tem diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com gastos sejam auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos em uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Benfeitoria em imóveis de terceiros	5 anos
Ativo de direito	3 a 6 anos
Bens de uso (maquinários)	3 a 6 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Intangível

Representado por bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais.

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Carteira de clientes	10 anos
Projetos	5 anos
Software e licenças de uso	5 anos
Marcas	10 anos
Direito de exploração de intangível	23 anos

Os métodos de amortização e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

f.1 Ativos financeiros

Instrumentos financeiros e contas a receber

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e contas a receber.

As provisões para perdas com contas a receber são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo de sua vida esperada.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposta ao risco de crédito.

Considerando o baixo histórico de inadimplência da carteira e a limitação de dados históricos suficientes para calibração estatística de parâmetros internos de perda (por exemplo, estimativas internas de PD e LGD), a Sociedade utiliza metodologia simplificada para mensuração da perda esperada de valores a receber.

A Sociedade considera um ativo financeiro como inadimplente quando houver atraso superior a 60 (sessenta) dias.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Sociedade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Sociedade espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Sociedade avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Sociedade não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

f2. Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Sociedade revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Sociedade determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem à definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25 Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto, onde seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atingidos.

h. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Passivos contingentes** – Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis são reconhecidos quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recurso e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

i. Reconhecimento da receita operacional

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Sociedade reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Todas as receitas da Sociedade, observam o modelo de cinco etapas para o reconhecimento, conforme descrito abaixo:

Etapa 1: Identificação do contrato;

Etapa 2: Identificação das obrigações de desempenho;

Etapa 3: Alocação do preço da transação;

Etapa 4: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;

Etapa 5: Reconhecimento da receita.

Desta forma, a Livelo classifica suas receitas em três tipos: Resgate de pontos, *Breakage* e Comissão de Vendas.

Receita de resgate de pontos: A Sociedade oferece aos seus parceiros o direito de resgate por meio da emissão de pontos que são registrados no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida ao contas a receber. Desta forma, a receita de resgate de pontos, ocorre quando há resgate de pontos com os parceiros do programa de pontuação Livelo.

Receita de comissão de vendas: Refere-se a receita gerada pela utilização da plataforma e serviço, sendo cobrado um valor de comissão do parceiro. O reconhecimento da receita ocorre até o dia 15 do mês subsequente quando ocorre a apuração das comissões e emissão das notas fiscais para os parceiros.

Receita de *breakage*: Refere-se à receita de pontos não resgatados, ou seja, pontos que expiraram, e o reconhecimento gradual dos pontos que vão expirar, sendo que a estimativa de cálculo do *breakage* é realizada de acordo com os pontos faturados. A vida média dos pontos é de 24 meses, não havendo o resgate nesse prazo é gerada a receita de *breakage*. O reconhecimento da receita ocorre quando os pontos são expirados efetivamente, e pela estimativa de pontos que vão expirar.

A política de estimativa de *breakage* segue as seguintes diretrizes:

- Com base no acompanhamento das safras mensais de acúmulo de pontos e dos resgates realizados, é constituída uma referência de média histórica de consumo de cada período da safra em relação ao saldo disponível naquele momento. Essa referência é agrupada pelo mês de origem, permitindo capturar padrões sazonais de comportamento de resgate por safra.
- A análise de expiração é construída por estratificação do estoque de pontos conforme a origem do ponto e seu tempo de expiração.
- A partir desses volumes, projetamos o percentual esperado de consumo do volume original da safra por período, e o *breakage* é calculado como o complemento desse consumo esperado.

Em linha com o CPC 47, a Sociedade reconhece, no momento da emissão/faturamento de pontos, um passivo de contrato (Receita Diferida) correspondente ao pagamento efetuado pelos clientes, refletindo a obrigação de desempenho de transferir, ou de estar preparada para transferir, esses direitos no futuro.

Esse passivo é baixado e a receita é reconhecida à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, seja quando os pontos são efetivamente resgatados pelos participantes, seja quando ocorre a expiração dos pontos conforme os prazos de validade previamente estabelecidos.

Esse tratamento está alinhado ao disposto no item B47 do referido CPC, que estabelece que a entidade deve reconhecer um passivo para qualquer contraprestação recebida atribuível a direitos de clientes não exercidos quando a entidade mantém a obrigação de transferir esses valores a outra parte.

j. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras abrangem substancialmente: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Sociedade de receber o pagamento é estabelecido. A Sociedade classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio como fluxos de caixa das atividades de investimentos.

k. Arrendamento mercantil

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Sociedade não possui arrendamentos que não se enquadrem na prática.

Os ativos de direitos de uso e passivos de arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimos incremental da Sociedade. Geralmente, a Sociedade usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Sociedade determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os passivos de arrendamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Sociedade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendador transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

I. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa		
Caixa e bancos	1.313	1.576
Equivalentes de caixa		
Fundos de investimentos (a)	1.100.441	208.395
Compromissadas com lastro em debêntures (b)	-	201.140
Certificado de depósito bancário – CDB (c)	6.024	12.150
Total	1.107.778	423.261

(a) A Sociedade possui aplicações com partes relacionadas através de fundos de investimentos, não exclusivos, que tem como política e objetivo investir em títulos de renda fixa referenciados pelo DI. Estes fundos são administrados pelo Banco Bradesco S.A. e BB Asset Management e possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimentos foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês.

(b) As compromissadas com lastro em debêntures estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas, apresentando liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate, sendo remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário Brasileiro (CDI). Os valores contabilizados não diferem dos valores de mercado.

(c) O certificado de depósito bancário (CDB) está classificado no curto prazo, uma vez que as operações foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate.

As aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 21.

4.1. Ativos e passivos financeiros – classificação

Ativos financeiros	Class.	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fundos de investimentos	VJR	Nível 2	1.100.441	1.100.441	208.395	208.395
Certificado de depósito bancário - CDB	VJR	Nível 2	6.024	6.024	12.150	12.150
Compromissadas com lastro em debêntures	VJR	Nível 2	-	-	201.140	201.140
Total VJR			1.106.465	1.106.465	421.685	421.685
Contas a receber	CA	-	1.596.366	1.579.343	1.370.594	1.355.308
Dividendos a receber	CA	-	700.766	700.766	783.854	783.854
Outros ativos (a)	CA	-	11.438	11.438	10.053	10.053
Total CA			2.308.570	2.291.547	2.164.501	2.149.215
Total de ativos financeiros			3.415.035	3.398.012	2.586.186	2.570.900

(a) Itens considerados: Adiantamento a fornecedores e Adiantamento a funcionários.

Passivos financeiros	Class.	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	CA	-	129.830	129.830	25.486	25.486
Empréstimos a pagar	CA	-	426.347	426.347	423.000	423.000
Contas a pagar operacionais	CA	-	247.184	247.184	328.603	328.603
Obrigações com parceiros e clientes	CA	-	4.188.900	4.188.900	3.723.663	3.723.663
Passivo de arrendamento mercantil	CA	-	2.917	2.917	4.654	4.654
Outros passivos (b)	CA	-	7.603	7.603	8.348	8.348
Total de passivos financeiros			5.002.781	5.002.781	4.513.754	4.513.754

(b) Item considerado: Contas a pagar partes relacionadas.

Não houve transferência entre níveis durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Nível 1: o valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Nível 2: o valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, certificado de depósito bancário) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

Nível 3: se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação usadas para determinar os valores justos - nível 2

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros incluem:

- O uso de preços de mercado cotados ou cotações de distribuidores para instrumentos semelhantes, se aplicável.
- O uso de preços de cotas de fundos divulgados pelos respectivos administradores.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

- Contas a receber: registrados pelo valor original, líquidas das perdas esperadas, são recebíveis de curto prazo ou de liquidez previsível.
- Dividendos a receber: reconhecidos pelo valor declarado pelas investidas, sem diferença relevante em relação ao valor justo.
- Outros ativos: créditos diversos relacionados às operações, mensurados pelo custo amortizado, com valor contábil equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

- Fornecedores: mensurados pelo custo amortizado e registrados pelo valor original. Os prazos de liquidação não excedem 90 dias, razão pela qual os valores contábeis são considerados uma aproximação razoável dos valores justos.
- Empréstimos a pagar: o valor justo foi calculado com base nos pagamentos futuros de principal e juros até o vencimento, descontados pelas taxas de mercado vigentes.
- Contas a pagar operacionais: obrigações de curto prazo, registradas pelo valor original, sem diferença relevante em relação ao valor justo.
- Obrigações com parceiros e clientes: mensuradas pelo custo amortizado, com valor contábil considerado equivalente ao valor justo.
- Passivo de arrendamento mercantil: reconhecido conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16, pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento.
- Outros passivos: obrigações diversas, mensuradas pelo custo amortizado, sem diferenças relevantes em relação ao valor justo.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas (Nota 21) (a)	1.233.493	1.012.541
Clientes	362.873	358.053
(-) Provisão de perdas esperadas	(17.023)	(15.286)
Total	1.579.343	1.355.308
Circulante	1.579.343	1.355.308
Não circulante	-	-

- (a) O saldo refere-se substancialmente às vendas de pontos realizadas a clientes pessoa física por meio de cartão de crédito, cujos recebíveis são registrados junto às instituições financeiras relacionadas.

As provisões de perdas esperadas sobre contas a receber são reconhecidas de acordo com a metodologia de perda esperada descrita nas notas explicativas de redução do valor recuperável e de gerenciamento de risco de crédito.

A movimentação da perda esperada é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(15.286)	(17.460)
Acréscimos	(8.656)	(23.057)
Baixas	6.919	25.231
Saldo no final do exercício	(17.023)	(15.286)

Os valores do quadro acima são compostos pelos provisionamentos relacionados ao Contas a receber de clientes e ao Contas a receber de partes relacionadas.

Risco de crédito

O Risco de crédito é o risco da Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente falhe no cumprimento de suas obrigações de pagamento frente a acordos contratuais decorrentes de prazos comerciais concedidos, ou uma contraparte nas obrigações contratuais de um instrumento financeiro. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, de partes relacionadas e de instrumentos financeiros da Sociedade.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

A Sociedade conta com estrutura de gerenciamento de risco vide nota explicativa nº 31.

Contas a receber e ativos de contrato

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada contraparte, contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento por grupos de riscos identificados através de modelos internos. A Sociedade conta com políticas e normas que estabelecem limites de exposição, diretrizes e condições para concessão de prazos comerciais e aprovações por exceções.

Modelos de apuração de perdas esperadas

Os modelos de riscos que apuram a provisão de perda esperada de clientes foram construídos com base em diretrizes dos normativos internacionais do CPC-48, contam com revisões periódicas, no mínimo anuais, ou quando identificadas alterações significativas nas variáveis dos modelos.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os contratos em inadimplência com atrasos acima de 60 (sessenta) dias no totalizavam R\$ 8.365, representando índice de aproximado de 0,53% de toda a carteira a receber de clientes em exposição.

A carteira a receber da Sociedade observa baixos índices históricos de inadimplência. Estas classes de carteiras, devido à boa qualidade de crédito das contrapartes não oferecem dados estatísticos suficientes e adequados de eventos de inadimplência e/ou perda de modo em que possa permitir uma modelagem estatística eficiente.

O modelo simplificado para apuração da perda esperada é estimado com base na exposição ao risco (EAD) e na probabilidade de inadimplência (PD), apurada individualmente por contraparte a partir de consultas a bureaus externos. Para reduzir a sensibilidade a valores extremos e divergências entre provedores, a Sociedade utiliza a mediana das probabilidades de default obtidas de múltiplas fontes para cada contraparte.

A EAD (*Exposure at Default*) corresponde ao valor de exposição apurado na data de mensuração. Quando aplicável, exposições relevantes com sinais de deterioração de crédito são avaliadas individualmente e podem resultar em provisões específicas e/ou ajustes por julgamento, conforme aplicável.

A segmentação da carteira por faixas de vencimento é utilizada como instrumento de monitoramento e validação de adequação das perdas, não substituindo a metodologia base de mensuração.

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de créditos apuradas, e suas respectivas provisões calculadas:

31/12/2025			
Prazo	Saldo de exposição de risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A vencer até 3 dias	1.564.042	0,68%	10.587
Vencido 4-30 dias	1.402	9,13%	128
Vencido 31-60 dias	1.035	11,88%	123
Vencido 61-90 dias	285	25,26%	72
Vencido 91-360 dias	1.983	9,73%	193
Vencido há mais de 360 dias	5.920	100,00%	5.920
Total	1.574.667		17.023

31/12/2024			
Prazo	Saldo de exposição de risco de crédito	Taxa média ponderada de perda esperada	Provisão para perda esperada
A vencer até 3 dias	1.265.654	0,64%	8.123
Vencido 4-30 dias	2.970	1,75%	52
Vencido 31-60 dias	38.148	1,99%	761
Vencido 61-90 dias	928	1,40%	13
Vencido 91-360 dias	3.901	9,00%	351
Vencido há mais de 360 dias	5.989	99,95%	5.986
Total	1.317.590		15.286

6. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS	27.509	30.591
Imposto de renda e contribuição social	19.276	1.213
Impostos a compensar	8.462	760
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.490	1.471
Outros impostos a recuperar	80	63
Total	56.817	34.098
Circulante	56.817	34.098
Não circulante	-	-

7. Outros ativos

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas	24.916	25.125
Adiantamento a funcionários	8.763	7.894
Adiantamento a fornecedores (a)	2.675	2.159
Compra de pontos antecipada	2.577	3.784
Total	38.931	38.962
Circulante	38.931	38.962
Não circulante	-	-

(a) Do montante destacado em 31 de dezembro de 2025, o valor de R\$ 1.203 refere-se a partes relacionadas, vide nota explicativa Nº 21.

8. Depósitos judiciais

	31/12/2025	31/12/2024
Depósito garantia	28.565	26.168
Depósitos cíveis	1.020	737
Bloqueio judicial	836	250
Total	30.421	27.155
Circulante	-	-
Não circulante	30.421	27.155

9. Investimentos em coligadas

a. Informações resumidas da participação em coligada

Empresa	31/12/2025					31/12/2024			
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações (mil)	Participação no capital social	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	5.700.000	11.133.796	1.888.055	547.455	20,52%	2.860.530	325.513	2.535.707	92.266
Total						2.860.530	325.513	2.535.707	92.266

	31/12/2025	31/12/2024
Investimentos	2.284.655	1.902.075
Intangíveis conforme PPA (1)	575.875	633.632
Total	2.860.530	2.535.707

1. Referem-se aos registros realizados de ativos intangíveis conforme Estudos de Alocação do Preço de Compra elaborados para as aquisições de investimentos. Vide composição conforme item (c).

b. Movimentações nas participações coligadas

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos contábeis na investida apresentavam os seguintes valores:

	31/12/2024	Movimentação 01/01 a 31/12/2025				Exercício/2024
	Valor do investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Compra vantajosa (1)	Outros eventos (2)	Valor do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	2.535.707	325.513	8.504	(9.194)	2.860.530	92.266
Total	2.535.707	325.513	8.504	(9.194)	2.860.530	92.266

1. Inclui ajuste decorrente da atualização das estimativas do processo de alocação do preço de compra (PPA – maio/2024, agosto/24 e setembro/24), em conformidade com o período de mensuração estabelecido pelo CPC 15 (R1).
2. Outros resultados abrangentes de acordo com o percentual de participação da Sociedade na investida.

c. Composição dos ativos intangíveis conforme Estudo de Alocação do Preço de Compra

	31/12/2025		31/12/2024
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Carteira de Clientes	303.568	(51.328)	252.240
Software e licenças de uso	115.762	(24.072)	91.690
Marcas	63.522	(13.632)	49.890
Direito de exploração de intangível	195.966	(13.911)	182.055
Total	678.818	(102.943)	575.875

	31/12/2024		31/12/2023
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Carteira de Clientes	306.448	(22.939)	283.509
Software e licenças de uso	114.763	(8.731)	106.032
Marcas	63.717	(5.315)	58.402
Direito de exploração de intangível	189.731	(4.042)	185.689
Total	674.659	(41.027)	633.632

As movimentações dos saldos de intangíveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas a seguir:

	Saldo inicial 31/12/2024	Amortização (a)	Saldo final 31/12/2025
Carteira de Clientes	283.509	(31.269)	252.240
Software e licenças de uso	106.032	(14.342)	91.690
Marcas	58.402	(8.512)	49.890
Direito de exploração de intangível	185.689	(3.634)	182.055
Total	633.632	(57.757)	575.875

	Saldo inicial 31/12/2023	Adições	Amortização (a)	Saldo final 31/12/2024
Carteira de Clientes	41.837	257.638	(15.966)	283.509
Software e licenças de uso	5.875	107.419	(7.262)	106.032
Marcas	6.781	55.741	(4.120)	58.402
Direito de exploração de intangível	2.693	186.854	(3.858)	185.689
Total	57.186	607.652	(31.206)	633.632

(a) A despesa com amortização compõe o resultado com equivalência patrimonial.

d. Dividendos a receber

Em 31 de dezembro de 2025, a Livelo S.A. apresenta saldo de R\$ 700.766 (R\$ 783.854 em 31 de dezembro de 2024) referente a dividendos a receber da Cielo S.A. – Instituição de Pagamento, decorrentes de deliberação aprovada em Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de sua Coligada realizada em 26 de dezembro de 2025. De acordo com essa deliberação, tais dividendos têm previsão de recebimento até 31 de dezembro de 2026.

10. Imobilizado

	31/12/2025			31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	2.756	(2.056)	700	906
Móveis e equipamentos de uso	2.773	(1.877)	896	1.149
Sistema de comunicação	576	(570)	6	13
Sistema de processamento de dados	16.570	(15.560)	1.010	1.960
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.604	(3.338)	266	414
Direito de uso - CPC 06	5.468	(2.865)	2.603	4.448
Total	31.747	(26.266)	5.481	8.890

	31/12/2024			31/12/2023
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Instalações	2.756	(1.850)	906	1.102
Móveis e equipamentos de uso	2.773	(1.624)	1.149	1.416
Sistema de comunicação	576	(563)	13	25
Sistema de processamento de dados	16.529	(14.569)	1.960	3.109
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.603	(3.189)	414	616
Direito de uso - CPC 06	5.090	(642)	4.448	5.171
Total	31.327	(22.437)	8.890	11.439

As movimentações dos saldos de ativos imobilizados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas a seguir:

	Saldo inicial 31/12/2024	Adições	Depreciação	Saldo final 31/12/2025
Instalações	906	-	(206)	700
Móveis e equipamentos de uso	1.149	-	(253)	896
Sistema de comunicação	13	-	(7)	6
Sistema de processamento de dados	1.960	42	(992)	1.010
Benfeitorias em imóveis de terceiros	414	-	(148)	266
Direito de uso - CPC 06	4.448	378	(2.223)	2.603
Total	8.890	420	(3.829)	5.481

Livelo S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Saldo inicial 31/12/2023	Adições	Baixa aquisição	Depreciação	Saldo final 31/12/2024
Instalações	1.102	78	-	(274)	906
Móveis e equipamentos de uso	1.416	8	-	(275)	1.149
Sistema de comunicação	25	-	-	(12)	13
Sistema de processamento de dados	3.109	21	-	(1.170)	1.960
Benfeitorias em imóveis de terceiros	616	7	-	(209)	414
Direito de uso - CPC 06	5.171	5.089	(3.591)	(2.221)	4.448
Total	11.439	5.203	(3.591)	(4.161)	8.890

11. Intangível

	31/12/2025			31/12/2024
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Projetos (a)	81.750	(17.588)	64.162	42.222
Software e licenças de uso	4.483	(2.447)	2.036	459
Total	86.233	(20.035)	66.198	42.681

	31/12/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Projetos (a)	49.393	(7.171)	42.222	28.863
Software e licenças de uso	2.552	(2.093)	459	709
Total	51.945	(9.264)	42.681	29.572

(a) Nessa classe, estão registrados os desenvolvimentos sistêmicos vinculados a projetos (ativo intangível gerado internamente), uma vez cumpridos os requisitos legais e obrigatórios - dentre eles, a expectativa de geração de benefícios futuros.

As movimentações dos saldos de intangíveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são apresentadas a seguir:

	Saldo inicial 31/12/2024	Adições	Amortização	Saldo final 31/12/2025
Projetos	42.222	32.357	(10.417)	64.162
Software e licenças de uso	459	1.930	(353)	2.036
Total	42.681	34.287	(10.770)	66.198

	Saldo inicial 31/12/2023	Adições	Amortização	Saldo final 31/12/2024
Projetos	28.863	19.438	(6.079)	42.222
Software e licenças de uso	709	-	(250)	459
Total	29.572	19.438	(6.329)	42.681

12. Fornecedores

A Sociedade não mantém acordos de financiamento de fornecedores (*supplier finance, agreements*) com instituições financeiras ou terceiros. Todas as transações com fornecedores são liquidadas conforme os prazos contratuais estabelecidos, sem a utilização de instrumentos que alterem substancialmente os fluxos de pagamento ou a natureza das obrigações.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	129.722	25.408
Outros	108	78
Total	129.830	25.486
Circulante	129.830	25.486
Não circulante	-	-

13. Empréstimos a pagar

Em Agosto de 2024, a Sociedade realizou captações de recursos para capital de giro por meio de linhas de crédito via CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo, com os Controladores indiretos Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A. no montante de R\$ 403.825. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto é de R\$ 426.347 (R\$ 423.000 em 31 de dezembro de 2024).

As operações possuem as seguintes características:

Prazo: curto prazo, com vencimento inferior ou igual a 12 meses;

Indexador: taxa CDI acrescida de spread contratual;

Garantias: não foram constituídas garantias reais, sendo operações lastreadas em crédito da Sociedade;

Cláusulas restritivas (covenants): não há cláusulas restritivas relevantes que limitem a distribuição de dividendos, contratação de novos empréstimos ou imposição de índices financeiros específicos.

A Sociedade declara que cumpre integralmente as condições contratuais vigentes.

A movimentação dos empréstimos para os períodos de doze meses em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Em 31 de dezembro de 2023	-
Captação	403.825
Juros e encargos provisionados	19.175
Saldo em 31 de dezembro de 2024	423.000
Pagamento de juros	(58.421)
Juros e encargos provisionados	61.768
Saldo em 31 de dezembro de 2025	426.347
Circulante	426.347
Não circulante	-

14. Contas a pagar operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo do contas a pagar operacionais é de R\$ 247.184 (R\$ 328.603 em 31 de dezembro de 2024), e corresponde aos valores a serem repassados aos parceiros de vendas através do resgate dos pontos pelos usuários.

15. Salários e encargos

	31/12/2025	31/12/2024
Gratificações	52.895	55.050
Provisão de férias	12.284	11.723
Encargos sociais	7.955	6.923
Outras obrigações trabalhistas	1.658	1.555
Total	74.792	75.251
Circulante	63.829	66.701
Não circulante	10.963	8.550

16. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	26.602	31.842
IRRF a recolher	7.929	3.390
PIS	5.748	6.901
ISS	253	282
INSS	10	5
Outros tributos a recolher	1.204	990
Total	41.746	43.410
Circulante	41.746	43.410
Não circulante	-	-

17. Provisão para passivos contingentes

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração da Sociedade entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

A natureza dos principais passivos contingentes são:

a) Processos trabalhistas

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter o pagamento de horas extras, comissões e reflexos, indenizações e demais pedidos passíveis de serem discutidos no Poder Judiciário sob a ótica da Consolidação das Leis do Trabalho. A provisão desses casos é feita

individualmente, sempre que a perda for avaliada como provável, de acordo com a liquidação dos pedidos elencados pelo ex-empregado e alterada de acordo com o andamento do processo.

b) Processos cíveis

Referem-se substancialmente a ações ajuizadas, visando obter a indenização por danos materiais. A provisão desses processos é feita individualmente, considerando a análise de assessores jurídicos externos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento dos Tribunais.

c) Processos tributários

A Sociedade é parte em ações que discutem a legalidade, constitucionalidade e recolhimento de alguns tributos e contribuições por meio de medidas judiciais ou administrativas, tais como: Pedido de Compensação; Auto de Infração; Ações Ativas para Garantir redução ou não incidência de tributo; Execuções Fiscais, as quais são classificadas e provisionadas de acordo com a “Norma Corporativa de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias”, realizadas por cada escritório de advocacia atuante no processo, baseadas no risco individualizado.

A composição das provisões referentes a esses processos segue demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	30.226	27.157
Cíveis	3.695	2.831
Trabalhistas e previdenciárias	1.027	889
Total	34.948	30.877
Circulante	4.907	3.720
Não circulante	30.041	27.157

As movimentações das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas e previdenciárias	Total
Em 31 de dezembro de 2024	27.157	2.831	889	30.877
Adição	199	5.271	15	5.485
Atualizações monetárias	2.889	368	125	3.382
Reversões	(7)	(2.125)	-	(2.132)
Pagamentos	(12)	(2.650)	(2)	(2.664)
Em 31 de dezembro de 2025	30.226	3.695	1.027	34.948

Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificando as ações de acordo com a expectativa de perda.

Anualmente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, temos os seguintes montantes avaliados como risco de perda possível, sendo os mesmos, não reconhecidos contabilmente.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tributárias (a)	11.935	10.655
Cíveis	5.169	4.708
Trabalhistas e previdenciárias	361	875
Total	<u>17.465</u>	<u>16.238</u>

(a) Refere-se a processos administrativos de natureza tributária sobre restituição de PIS, COFINS e CSLL.

18. Obrigações com parceiros e clientes

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de obrigações com parceiros e clientes é de R\$ 4.188.900 (R\$ 3.723.663 em 31 de dezembro de 2024), e corresponde ao volume de pontos acumulados que a Sociedade oferece aos seus usuários que são registrados no momento do faturamento e que não foram resgatados pelos participantes.

19. Passivo de arrendamento mercantil

A Sociedade arrenda o edifício onde está localizada. Esse arrendamento normalmente tem duração de 5 anos, com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, baseados em alterações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O pagamento da parcela do arrendamento é efetuado mensalmente.

A Sociedade arrenda equipamentos de TI com prazos de contrato de 5 anos. Para contratos com prazo inferior e/ou de baixo valor, a Sociedade optou por não reconhecer em ativos de bens de uso. Os pagamentos de arrendamentos possuem parcelas fixas e são liquidados mensalmente.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Sociedade é a arrendatária são apresentadas abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2023		5.506
Adições		5.091
Pagamento		(2.969)
Baixas		(3.591)
Despesa financeira		617
Saldo em 31 de dezembro de 2024		4.654
Adições		378
Pagamento		(2.630)
Baixas		-
Despesa financeira		515
Saldo em 31 de dezembro de 2025		2.917
	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	2.464	2.008
Não circulante	453	2.646

a) Operações de prorrogação

Os contratos de arrendamento possuem as opções de renovação sem data limite estipuladas para requerimento por parte da Sociedade observando somente que no vencimento do contrato vigente a Sociedade deverá devolver o espaço ou itens arrendados objeto do contrato em perfeito estado de conservação.

b) Taxas de desconto

A taxa de desconto é considerada pela Sociedade com base no custo do dinheiro aplicado em CDI via projeção do cenário econômico de curto prazo para os prazos de seu contrato, ajustada à sua realidade e características do contrato de arrendamento. A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Contratos por ano e taxa média de desconto	Taxa % a.a.
2025	13,03%
2026	13,10%
2027	10,63%

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento. O demonstrativo apresenta saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Nominal	Ajuste valor presente
Contraprestação do arrendamento	3.859	2.917
PIS/COFINS potencial (9,25%)	357	270

20. Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Desenvolvimento, manutenção e suporte (a)	27.527	18.057
Provisões de marketing	26.705	13.438
Provisões de custos dos serviços prestados	11.888	10.225
Contas a pagar partes relacionadas (Nota 21)	7.603	8.348
Serviços profissionais	2.671	2.483
Provisões de despesas gerais e administrativas	389	542
Outros pagamentos	748	253
Total	77.531	53.346
Circulante	77.531	53.346
Não circulante	-	-

(a) Refere-se substancialmente a valores de infraestrutura (banco de dados, *data center*, prevenção a fraude).

21. Partes relacionadas

No curso habitual das atividades, são mantidas pela Sociedade, operações com partes relacionadas, tais como saldos em conta corrente, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar dos bancos emissores controladores indiretos (Banco Bradesco S.A., Banco do Brasil S.A. e BB Elo Cartões Participações S.A.), acionista direto (Elo Participações Ltda), coligada (Cielo S.A. – Instituição de Pagamento), bem como empresas que os controladores e acionistas detêm participação acionária, tais como: Banco Digio S.A., Elo Serviços S.A., Alelo Instituição de Pagamento S.A.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Caixa e equivalentes de caixa (a)				
Banco Bradesco S.A.	1.093.322	52.634	206.923	105.568
Banco do Brasil S.A.	14.456	11.557	215.730	106.460
Banco Digio S.A.	-	3	608	(3.916)
Contas a receber				
Banco do Brasil S.A.	153.924	-	103.253	-
Banco Bradesco S.A.	164.245	-	150.584	-
BB Cartões	-	-	360	-
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento S.A.	913.630	6.422	758.343	5.973
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	3	-	-	-
Elo Serviços S.A.	497	-	-	-
Elo Participações Ltda.	143	-	-	-
Banco Dígio S.A.	449	-	-	-
Banco BV	602	-	-	-
Dividendos a receber				
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento S.A.	700.766	-	783.854	-
Outros ativos (b)				
Banco do Brasil S.A.	433	(1.294)	-	-
Banco Bradesco S.A.	770	(2.529)	-	-
Fornecedores				
Banco do Brasil S.A.	(24)	(641)	-	-
Banco Bradesco S.A.	-	(77)	-	-
NAIP Instituição de Pagamento S.A.	(1)	-	-	-
Empréstimos a pagar				
Banco do Brasil S.A.	(213.291)	(30.698)	(209.490)	(13.256)
Banco Bradesco S.A.	(213.056)	(31.071)	(213.510)	(13.698)
Dividendos a pagar				
Elo Participações Ltda.	(178.592)	-	(72.937)	-
Salários e encargos (c)				
Banco Bradesco S.A.	(1.495)	(22)	-	-
Outros passivos				
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	(1.276)
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	(2.610)
Elo Participações Ltda. (d)	(7.603)	(65.984)	(8.348)	(68.151)

(a) As aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, todos com liquidez diária estão apresentados no valor bruto.

- (b) Refere-se ao valor de adiantamento de previdência privada.
- (c) Valor a ser pago referente a assistência médica.
- (d) Refere-se as atividades compartilhadas com a Elo Participações Ltda. (CAC).

22. Remuneração pessoal chave da administração

A remuneração dos Administradores inclui salários, benefícios de curto prazo e bônus de longo prazo:

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e benefícios de curto prazo	10.228	15.453
Bônus de longo prazo	3.643	2.318
Total	13.871	17.771

23. Patrimônio líquido

23.a Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 139.100 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 139.100 em 31 de dezembro de 2024), é representado por 139.100.000 (cento e trinta e nove milhões e cem mil) de ações, sendo 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações ordinárias e 69.550.000 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil) de ações preferenciais.

As ações são indivisíveis perante à Sociedade e cada ação ordinária nominativa confere o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. A ação preferencial nominativa não terá direito a voto na Assembleia Geral.

A composição acionária da Sociedade em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Total de ações	Participação %
Elo Participações Ltda.	69.550.000	69.550.000	139.100.000	100%
Total	69.550.000	69.550.000	139.100.000	100%

23.b Reserva legal

Representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Sociedade poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 não houve constituição da reserva legal, pois encontra-se no limite de 20% do capital, totalizando o montante de R\$ 27.820.

23.c Reserva de retenção de lucros

Conforme ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2025, o saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 218.810, foi totalmente consumido conforme segue:

- i. Pagamento de dividendos adicionais no valor de R\$ 17.063;
- ii. Constituição de reserva de expansão no valor de R\$ 201.747.

A Administração propôs a constituição de reserva de retenção de lucros no montante de R\$606.439, referente a lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, para fazer frente ao Orçamento de Capital da Sociedade, a ser aprovado pelos acionistas após a emissão das demonstrações financeiras.

23.d Reserva de expansão

Conforme ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2025, parte dos lucros não distribuídos referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram destinados a reserva de expansão no montante de R\$ 201.747. (Não houve destinação no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

23.e Dividendos

Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou pagamento de dividendos no montante de R\$ 90.000 (R\$ 1.062.668 em 31 de dezembro de 2024), sendo: (i) R\$ 72.937 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) R\$ 17.063 de dividendos adicionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cujo pagamento ocorreu em 16 de maio de 2025.

Em 29 de dezembro de 2025 a Sociedade aprovou através de Assembléia Geral Extraordinária a distribuição aos acionistas de juros sobre o capital próprio relativos ao lucro líquido do exercício de 2025 no valor bruto de R\$ 29.444 (R\$ 25.027 líquido de IRRF), que integra o dividendo mínimo obrigatório do exercício e cujo pagamento ocorreu em 30 de dezembro de 2025.

O cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	814.475
Dividendo mínimo obrigatório (25%) (A)	203.619
Juros sobre o capital próprio do resultado do exercício	29.444
IRRF sobre juros sobre o capital próprio (15%)	(4.417)
Juros sobre o capital próprio do resultado do exercício, líquido de IRRF (B)	25.027
 Dividendo obrigatório proposto (25%) (A) – (B) = (C)	 178.592
Total de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício (B) + (C)	203.619

24. Imposto de renda e contribuição social

24.a Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) deduzido das participações no resultado	987.190	955.219
Alíquota vigente	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(335.645)	(324.774)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.321)	(1.185)
Provisão de perdas esperadas (a)	(590)	739
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.402	(13.004)
Participação nos lucros - funcionários	1.537	(7.682)
Provisão para despesas de pessoal e administrativas	(8.303)	(32.567)
Incentivos fiscais	5.846	10.625
JCP	10.011	1.659
IRPJ e CSLL - reversões de anos anteriores	18.622	50.397
Equivalência Patrimonial	131.726	41.980
Imposto de renda e contribuição social	(172.715)	(273.812)
Sendo:		
Impostos correntes	(178.117)	(260.808)
Impostos diferidos	5.402	(13.004)
Total	(172.715)	(273.812)

(a) Refere-se a movimentação de perdas esperadas sobre contas a receber (nota explicativa nº 5).

24.b Origem dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social

Descrição dos ativos fiscais diferidos	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Provisão para contingências fiscais	9.233	980	-	10.213
Provisão para contingências cíveis	961	295	-	1.256
Participação nos lucros - funcionários	16.213	-	(1.381)	14.832
Provisão para despesas administrativas	24.838	9.195	-	34.033
Provisão para perda esperada	5.197	590	-	5.787
Variação participação acionária e cancelamento das ações	4.107	-	(4.107)	-
Total dos ativos diferidos	60.549	11.060	(5.488)	66.121
Receita de atualização de depósito judicial	-	(3.663)	-	(3.663)
Arrendamento mercantil (CPC 06)	(4.217)	(570)	-	(4.787)
Resultado de compra vantajosa	(55.463)	(43)	-	(55.506)
Total dos passivos diferidos	(59.680)	(4.276)	-	(63.956)

24.c Previsão de realização dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias					
	Créditos tributários			Débitos tributários		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Até 1 ano	47.400	17.796	65.196	(47.026)	(16.930)	(63.956)
Até 2 anos	547	197	744	-	-	-
Até 3 anos	133	48	181	-	-	-
Total	48.080	18.041	66.121	(47.026)	(16.930)	(63.956)

A constituição do ativo fiscal diferido está suportada por estudo técnico e o valor presente apresentado líquido utilizando a TAXA SELIC projetada para longo prazo são de 13,10% em 1 ano, 10,63% em 2 anos, 8,96% em 3 anos, como taxa de desconto. Assim, conclui-se que a expectativa é de realizar os saldos de créditos tributários até o exercício social de 2028.

Todo o ativo fiscal da Livelo foi devidamente ativado.

25. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de resgate de pontos	5.810.664	5.253.569
Receita de breakage	481.775	485.862
Receita de comissão de vendas	186.324	176.231
Impostos sobre serviços	(589.274)	(553.150)
Total	5.889.489	5.362.512

26. Custos

	31/12/2025	31/12/2024
Custo operações com resgate de pontos	(5.015.069)	(4.537.391)
Custos com infraestrutura	(154.541)	(130.266)
Custo serviços de hospedagem e manutenção do portal	(39.961)	(47.452)
Custo central de atendimento	(26.519)	(32.699)
Custo serviços profissionais de prevenção a fraude	(8.127)	(8.813)
Custo despesas com vendas	(743)	(185)
Recuperação de créditos fiscais (a)	481.540	438.778
Total	(4.763.420)	(4.318.028)

(a) Valores relativos à recuperação de impostos sobre os custos dos serviços prestados, instituída pela Lei nº 10.637/2002.

27. Despesas com pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Salários	(115.156)	(116.672)
Encargos sociais	(41.869)	(40.849)
Benefícios	(39.400)	(35.767)
Gratificação	(30.442)	(51.815)
Treinamento	(2.103)	(1.803)
Outras	(1.680)	(3.669)
Total	(230.650)	(250.575)

28. Gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesa de marketing (a)	(122.482)	(101.906)
Despesas compartilhadas (b)	(65.984)	(68.151)
Honorários profissionais	(31.006)	(67.864)
Depreciações e amortizações	(14.599)	(10.489)
Despesas de contribuições e doações	(8.091)	(10.159)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(5.492)	(5.865)
Despesas com telefonia	(1.279)	(1.647)
Despesas de aluguel e manutenção	(1.109)	(1.154)
Serviços de terceiros	(993)	(1.023)
Despesas com material de escritório	(385)	(443)
Outras despesas administrativas	(13.473)	(19.873)
Total	(264.893)	(288.574)

(a) Refere-se substancialmente a campanha de divulgação da marca por meios de comunicação.

(b) Pagamento correspondente a atividades compartilhadas com a Elo Participações Ltda. (CAC)

29. Outras receitas/(despesas)

	31/12/2025	31/12/2024
Rendas com participação societária (a)	8.504	45.826
Venda ativo imobilizado	36	-
(Reversão)/provisão para perdas esperadas	(1.737)	2.174
Perdas operacionais (b)	(727)	(16.409)
Total	6.076	31.591

(a) Registro de compra vantajosa no valor total de R\$ 8.504 (R\$ 45.826 em 31 de dezembro de 2024) conforme PPA elaborado sobre os investimentos.

- (b) Substancialmente referem-se a perdas decorrentes de créditos de empresas em recuperação judicial.

30. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	85.949	365.425
Variação cambial positiva	437	308
Atualizações monetárias	15	1
Outras receitas financeiras	7.406	11.348
Total de receitas financeiras	93.807	377.082
Juros e encargos sobre empréstimos	(61.768)	(19.175)
Impostos sobre a receita financeira	(4.384)	(17.563)
Despesas bancárias	(1.587)	(13.962)
Variação cambial negativa	(784)	(287)
Atualização monetária	(137)	(68)
Abatimentos e descontos	(72)	-
Total de despesas financeiras	(68.732)	(51.055)
Resultado financeiro	25.075	326.027

31. Gerenciamento de risco

a. Contexto operacional

O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança e Presidência da Sociedade. Este modelo é corroborado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na EloPar de forma a garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas.

Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto à alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas, e os Comitês de Riscos com os sócios controladores. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da Sociedade. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento.

A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações vigentes. Além das boas práticas de mercado, a Sociedade dispõe de estrutura para

o gerenciamento do risco operacional, risco reputacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos.

b. Risco de crédito

A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Diretoria de Governança tem como diretrizes identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o grupo. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes.

c. Risco de mercado e liquidez

A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Sociedade está exposta ao risco cambial e de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado é realizado através do cálculo do EVE (*Economic Value of Equity*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações das taxas de juros nos fluxos de caixa futuros dos ativos financeiros da Sociedade.

A Sociedade considera como cenário base, um choque de 300bps (*bases points*) no horizonte de 30 dias para o risco de taxa de juros da carteira de não negociação. A tabela a seguir mostra o potencial impacto no patrimônio líquido decorrente do choque aplicado:

	31/12/2025	31/12/2024
Exposição ao risco de mercado	1.106.465	421.685
Choque 300bps R\$/MM	872	516
Choque 300bps % PL	0,08%	0,11%

A Sociedade está exposta ao risco de liquidez de mercado e ao risco de liquidez de fluxo de caixa, decorrente das suas operações financeiras diárias.

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez (PCL), aprovado pelo Conselho de Administração, que contém as principais diretrizes sobre alçadas, ações e governança a serem seguidas para o caso de necessidade decorrente de um potencial cenário de insuficiência de liquidez identificada.

O monitoramento do risco de liquidez é realizado em processos diários de análises dos fluxos de caixa, através de modelo de LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), adaptado ao modelo de negócio da Sociedade, onde são apurados os impactos das variações nos fluxos de caixa realizados e projetados.

A tabela a seguir apresenta os fluxos de caixa a pagar, de acordo com os passivos financeiros não derivativos. Os valores divulgados nesta tabela representam os fluxos de caixa contratuais não descontados em 31 de dezembro de 2025.

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Valor total	Até 365 dias	Acima de 365 dias
Fornecedores	129.830	114.250	114.250	-
Empréstimos a pagar	426.347	375.185	375.185	-
Contas a pagar operacionais	247.184	217.522	217.522	-
Salários e encargos	74.792	64.651	56.170	8.481
Impostos e contribuições a recolher	41.746	36.736	36.736	-
Provisão para passivos contingentes	34.948	27.434	4.421	23.013
Obrigações com parceiros e clientes	4.188.900	3.686.232	3.686.232	-
Dividendos a pagar	178.592	157.161	157.161	-
Passivo de arrendamento mercantil	2.917	2.518	2.168	350
Outros passivos	77.531	68.227	68.227	-
Passivo fiscal diferido	63.956	49.476	-	49.476
Total	5.466.743	4.799.392	4.718.072	81.320

Os valores registrados em “Contas a pagar operacionais”, decorrem dos eventos de resgate de pontos pelos usuários no programa de recompensas da Sociedade, o qual gera o evento de contas a pagar para o respectivo parceiro de vendas.

Dado o modelo de negócio da Sociedade em administrar o programa de recompensas, todos os valores dos recursos em “Contas a pagar operacionais”, são considerados com vencimento até 1 (um) mês para fins de análise e monitoramento do risco de liquidez da Sociedade.

A rubrica ‘Obrigações com parceiros e clientes’ corresponde ao passivo reconhecido em função dos pontos acumulados pelos usuários, registrados quando da emissão do faturamento, e que permanecem não resgatados. O saldo apresentado no passivo circulante representa os pontos vigentes, cujo resgate pode ser realizado de forma imediata pelos parceiros e clientes, conforme termos do programa.

O prazo médio de resgate de pontos pelos usuários dos programas da Livelo gira em torno de 798 (setecentos e noventa e oito) dias corridos, conforme histórico de clientes até o período de fechamento do exercício, desta maneira observamos uma baixa probabilidade de necessidade de liquidez imediata frente a todas as obrigações com o estoque de pontos atual da Sociedade.

A Sociedade possui um saldo total de caixa e equivalentes, no montante de R\$ 1.107.778 (Nota explicativa nº 4).

A Sociedade possui plano de contingência de liquidez aprovado pelo Conselho de Administração, que apresenta capacidade de recomposição imediata do caixa para honrar seus compromissos, se for necessário acioná-lo.

A Sociedade dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez com o intuito de proteger-se de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da Sociedade, bem como o cumprimento de suas obrigações.

d. Risco operacional

A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A Área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais da Sociedade. A existência da área está alinhada com as melhores práticas de mercado e políticas internas da “EloPar” controladora da Sociedade.

e. Gestão de capital e risco reputacional

A atividade de gerenciamento de capital e risco reputacional, é executada por uma área específica e estão sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna.

A estrutura de gerenciamento de capital e reputacional, mantém processo de monitoramento e controle, garantindo que o capital da Livelo esteja compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e com a dimensão de sua exposição a riscos.

32. Transações não-caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Transações de investimentos não-caixa			
Contratos de arrendamento	19	378	5.091
Rendas com participação societária	29	8.504	45.826
Total		8.882	50.917

33. Cobertura de seguros

A Sociedade tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2025 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 5.010 (R\$ 4.361 em 31 de dezembro de 2024) para danos materiais e R\$ 120.000 (R\$ 120.000 em 31 de dezembro de 2024) para responsabilidade civil.

34. Eventos subsequentes

Não foram registrados eventos subsequentes até a data do encerramento dessa demonstração financeira.

André Fehlauer
Diretor Presidente

Esther Dalmas
Diretora

Flávio Augusto Corrêa Basilio
Diretor

Susanne Raquel Farias Gonçalves
Superintendente

Marcos Antônio Ribeiro dos Santos
Contador
CRC 1SP225353/O-0

